OPINIÃO SOCIALISTA
Nº 280
NOVEMBRO 2006

AS ELEIÇÕES ACABARAM...

AGORA É LUTA!

CONLUTAS: SEMINÁRIO PREPARA COMBATE ÀS REFORMAS DE LULA

ENCONTRO SUPERA EXPECTATIVAS E REÚNE MAIS DE 400 EM SÃO PAULO

PÁGINAS 4 E 5

SEM ESPERANÇA – Pouco mais de 3 mil pessoas foram à Avenida Paulista comemorar a reeleição de Lula. Bem diferente de 2002, quando 100 mil foram às ruas depois da eleição.

PELO RALO – A Unafisco de São Paulo divulgou um estudo revelando que nos últimos 11 anos os governos pagaram cerca de R$ 1,2 trilhão em juros da dívida pública.

UM DOMINGO QUALQUER

Quando foi votar, José Dirceu amargou instantes de constrangimento. O ex-ministro votou sob gritos de "ladrão", "bandido" e "Judas". Em meio ao protesto, dois pastéis foram arremessados. Uma eleitora, mais exaltada, tentou agredi-lo, mas foi contida por petistas que faziam a "segurança" de Dirceu.

PÉROLA

"Esses banqueiros são uns ingratos, porque ganharam tudo de mim e votam todos no Alckmin"

LULA, no debate da TV Record. O presidente só omitiu que uma parcela importante dos banqueiros apoiou sim a sua reeleição.

CHARGE / AROEIRA

PROTESTOS

Um ano após as manifestações nos subúrbios de Paris, desencadeadas quando dois jovens de Clichy-sous-Bois, perto da capital francesa, morreram quando fugiam da polícia, uma nova onda de protestos foi realizada. No último fim de semana, uma marcha silenciosa de milhares de pessoas lembrou os dois jovens. Carros e ônibus também foram incendiados. Os manifestantes acusam o governo de não ter feito absolutamente nada em prol dos imigrantes e de seus filhos.

O RETORNO...

Delfim Netto está sendo cotado para ministro no novo mandato de Lula. Para ele, o presidente, se reeleito, deveria manter na economia a política de aperto fiscal. Não está definida qual pasta o ex-ministro da ditadura pode vir a ocupar, mas, pelas declarações, só pode ser na equipe econômica.

CONGRATULAÇÕES

Um dos principais jornais do imperialismo, o 'The New York Times', publicou uma matéria sobre a reeleição de Lula. De acordo com o jornal, o presidente "governou na direita", mas "fez campanha na esquerda". A reportagem do dia 30 de outubro diz que Lula "garantiu o superávit primário que deleita Wall Street e o FMI". O NYT prossegue: "Um pagamento de empréstimo ao FMI, por exemplo, foi embalado para fazer parecer que Lula estava dizendo à instituição para não enfiar o nariz nos negócios do Brasil". No final, o jornal aplaude a reeleição de Lula.

IMPUNIDADE

O ex-ditador chileno Augusto Pinochet está em prisão domiciliar, acusado em um processo de responsabilidade em desaparecimentos e torturas de presos políticos na prisão secreta de Villa Grimaldi. Seu regime foi um dos mais sanguinários da América latina, mas até hoje ele não foi julgado.

ERRATA - Na edição anterior, no final da matéria sobre as demissões na Volkswagen, foi publicado um parágrafo que não fazia parte do texto. Pedimos desculpas aos leitores pelo erro na diagramação.

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues e Gustavo Sixel **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Avenida Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549
www.pstu.org.br/pernambuco

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Dr. Gurgel, 1555 - Vila Sta. Helena - (18) 3221-2032
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

O TERCEIRO TURNO É NA LUTA DE CLASSES

Com a reeleição de Lula, termina uma batalha política e outra se inicia. Sempre dissemos que a eleição é um jogo de cartas marcadas, controlado pela grande burguesia. Agora esse jogo terminou, e começa um novo, mais difícil e importante.

As grandes empresas multinacionais e nacionais que controlam o país estavam tranqüilas perante as eleições, porque consideravam a reeleição de Lula ou a eleição de Alckmin boas possibilidades. Ambos os candidatos garantiam à burguesia a manutenção do plano econômico e o projeto das reformas trabalhista e da Previdência.

Os trabalhadores e a juventude votaram em um desses candidatos sem saber que o resultado já estava definido antes mesmo do jogo.

Por isso o **PSTU** integrou, no primeiro turno, a Frente de Esquerda, que apresentou Heloísa Helena como candidata a presidente, uma alternativa contra os dois blocos da burguesia no terreno eleitoral. Consideramos muito importantes os 6,5 milhões de votos dados à candidatura.

No segundo turno, defendemos o voto nulo. Coerentes com a rejeição a Lula e a Alckmin, não aceitamos a pressão dos que achavam que Lula é "menos pior". Não se tratava de escolher um candidato menos pior, mas de construir uma alternativa independente dos trabalhadores. Não se tratava de "evitar a direita" de Alckmin, mas de construir uma opção realmente de esquerda contra os dois candidatos da direita.

Agora nos preparamos para outro jogo, não o de cartas marcadas das eleições

As eleições terminaram. E os trabalhadores vão descobrir que, mais uma vez, foram traídos. Pior ainda, terão que lutar como nunca para evitar perder com as reformas de Lula direitos tão importantes como férias, FGTS e aposentadoria.

Quando chegarem a essa conclusão, os trabalhadores vão se voltar contra os que apoiaram Lula. Inclusive contra os que o apoiaram "criticamente". Apoio crítico é apoio e um governo burguês (ainda que com face de operário) não se pode apoiar.

Nós, que lutamos contra Lula e Alckmin no primeiro e no segundo turno das eleições, agora nos preparamos para outro – não o jogo de cartas marcadas das eleições, mas nas lutas diretas dos trabalhadores.

A Conlutas está preparando uma grande campanha nacional contra as reformas neoliberais. Chamamos todos os que ajudaram na campanha da Frente de Esquerda, todos os ativistas e dirigentes do movimento sindical, estudantil e popular a se somar a esse terceiro turno, agora na luta de classes.

OPINIÃO - EDUARDO ALMEIDA, da redação

Sobre a ruptura de César Benjamin

César Benjamin rompeu com o PSOL, e em uma entrevista ao Jornal do Brasil *fez duras críticas à sua direção:*

"Escrevi um documento programático de umas 60 páginas que terminou saindo em meu nome pessoal, pois a direção do PSOL é uma rara combinação de ignorância, truculência e arrogância. (...) Passada a campanha, acho que em algum momento vou encaminhar minha desfiliação formal. (...) É mera formalidade, pois, como disse, não milito no partido. Sequer fui chamado a opinar sobre a posição em relação ao segundo turno, o que mostra o nível de truculência desses pequenos burocratas. (...) Eu teria proposto que encaminhássemos cinco ou seis pontos programáticos sérios, de interesse do Brasil, para um debate com o PT".

Não vamos opinar sobre as críticas de César aos métodos da direção do PSOL. O que queremos discutir é a base política dessa ruptura. Todos sabem que o PSTU foi contra a candidatura de César a vice, e que nós propúnhamos José Maria, da direção da Conlutas. Agora, com este final melancólico, temos obrigação de opinar.

É um erro grave que César não reconheça a importância da Frente de Esquerda. A candidatura de Heloísa teve 6,85 % dos votos, e se constituiu numa alternativa de esquerda contra Lula e Alckmin. Ter participado desse processo e negá-lo é sinal de miopia política.

O programa proposto por César era completamente equivocado. O centro era a redução da taxa de juros, sem nenhuma proposta de ruptura com o imperialismo. Não propunha a suspensão do pagamento da dívida externa e interna, somente uma auditoria. Não apontava para a luta contra as reformas neoliberais, como a trabalhista e a previdenciária.

Seu programa poderia ser perfeitamente assumido por uma candidatura burguesa com a bandeira da queda de juros.

Ao contrário do que pensa César, houve uma enorme indignação contra sua proposta na base da frente. Nós do PSTU defendemos que houvesse um amplo debate programático (o que a direção do PSOL não quis), por considerarmos a proposta inaceitável.

Sobre o segundo turno, César defendia apresentar pontos de programa para "dialogar" com a candidatura Lula. Trata-se de um apoio disfarçado, como fica evidente em suas posições e nas de Chico de Oliveira e do PCB. Tal postura vai no sentido contrário ao papel desempenhado pela candidatura de Heloísa no primeiro turno, como uma alternativa a Alckmin e Lula.

César repudia os métodos burocráticos da direção do PSOL. Não teve, no entanto, a mesma atitude quando foi indicado como candidato a vice, sem consulta às bases e aos partidos da frente.

Ao contrário de César Benjamin, nós reivindicamos a experiência da Frente de Esquerda. Em relação a César, trata-se de um final lamentável para uma candidatura que não deveria ter existido.

CONLUTAS REALIZA SEMINÁRIO VITORIOSO

EVENTO SERVIU para ganhar a consciência dos trabalhadores contra as reformas

DIEGO CRUZ

DIEGO CRUZ
da redação

O auditório do hotel San Raphael, no largo do Arouche, em São Paulo, ficou pequeno para abrigar os cerca de 450 ativistas que compareceram ao seminário "Organizar a luta contra as reformas neoliberais", realizado pela Conlutas nos dias 23, 24 e 25 de outubro.

A grande participação superou todas as expectativas da organização do evento, ultrapassando em muito as 150 inscrições esperadas. Enviaram representantes 152 entidades sindicais e movimentos sociais e populares, além de oposições de 21 estados e do Distrito Federal.

Nos três dias do seminário, os ativistas discutiram profundamente temas como seguridade social, legislação trabalhista, reformas sindical, trabalhista, tributária, administrativa e da Previdência. As mesas foram compostas por entidades que estão empenhadas na luta contra as reformas.

Agora, os participantes reproduzirão o conteúdo do seminário nos estados, conscientizando os trabalhadores sobre a necessidade de mobilizar a classe contra as reformas. *"O seminário serviu para compreendermos melhor o que significam as reformas e as suas conseqüências"*, afirmou José Maria de Almeida, o Zé Maria, da coordenação da Conlutas. *"A batalha pela consciência das pessoas é fundamental na luta contra esses ataques"*, disse. Leia a seguir os principais momentos do seminário.

DEBATE SOBRE REFORMA TRABALHISTA EXPÕE A AMEAÇA AOS DIREITOS

Que a reforma trabalhista representa um duro ataque todos já sabem. O que poucos conhecem é a forma como isso vai se dar e como o governo está planejando sua implantação. Essa foi a razão pela qual os participantes do seminário lotaram o auditório na manhã do dia 24. A mesa *"Legislação Trabalhista e Reforma Sindical e Trabalhista"* reuniu a auditora fiscal e presidente do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), Rosa Maria Campos Jorge, e o diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, José Maria de Almeida.

DEGRADAÇÃO DO TRABALHO

Segundo Rosa, o Estado liberal e sua não-intervenção nas relações de trabalho deixaram as empresas livres para superexplorar. Como reação, a classe trabalhadora uniu-se para defender seus interesses, processo do qual surgiram os sindicatos. *"A situação da classe começou a mudar devido à união e resistência dos trabalhadores. Nós nunca recebemos nada de graça"*, explicou.

Tal luta possibilitou o surgimento do Estado de bem-estar social e, no Brasil, da CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, na década de 30. Essa situação não durou muito e, já na década de 60, as leis trabalhistas receberam seu grande primeiro golpe. Em 1966, uma lei acabava com a estabilidade no emprego para impor o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A partir daí, outros ataques vieram. O avanço brutal das terceirizações e o estabelecimento do banco de horas são alguns exemplos com os quais a auditora ilustrou o quadro. Mais recentemente, o governo criou o Supersimples, projeto que tramita agora no Senado, e que retira direitos através da restrição da atuação do auditor do trabalho. *"O projeto impede que o auditor lavre um auto de infração ao constatar uma irregularidade de numa pequena ou microempresa. Ele tem que chegar lá e fazer um plano negociado com o empresário, mas os auditores se recusam a negociar direitos"*, afirmou.

BATALHA PELA CONSCIÊNCIA

A mídia e o governo já colocaram em prática uma massiva campanha em defesa das reformas. Foi com esse alerta que José Maria de Almeida iniciou sua análise sobre a preparação das reformas, particularmente as da Previdência e a trabalhista.

Segundo Zé Maria, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão subordinado ao Ministério do Planejamento, coloca na ordem do dia quatro grandes mudanças para que o país "destrave o crescimento econômico". Tais alterações ocorreriam na Previdência, nas leis trabalhistas, na negociação e contratação coletiva e na Justiça do Trabalho. *"A primeira grande medida que apresentam é evitar a valorização do salário mínimo e, ao mesmo tempo, desvincular os benefícios sociais do mínimo"*, denunciou.

Outros ataques, como a redução do FGTS e a adoção da idade mínima para se aposentar pelo INSS (e, a partir daí, elevar essa idade), são alguns desafios que os trabalhadores têm pela frente. Segundo Zé Maria, sob o argumento de que tais medidas possibilitariam o crescimento da economia, o objetivo do governo é, na verdade, reduzir ainda mais o valor do trabalho no país para aumentar os lucros das grandes empresas, assim como reduzir os gastos do Estado para ampliar o repasse aos banqueiros através do pagamento da dívida pública.

A flexibilização dos direitos trabalhistas ocorreria de três formas. A retirada dos direitos realizada de forma unilateral pelo Estado, a flexibilização por meio de negociação entre sindicatos e patrões e a forma mais utilizada no Brasil, um sistema híbrido pelo qual o ataque é acordado entre sindicato e patrão, transformando-se posteriormente em lei. *"O melhor exemplo disso é o banco de horas"*, afirmou.

Daí a necessidade da reforma sindical antes da aprovação da própria reforma trabalhista. Ao conceder poderes especiais às cúpulas das centrais, torna-se mais fácil aprovar a retirada dos direitos dos trabalhadores. O sentido dessas reformas seria retirar o Estado ao máximo das relações de trabalho, individualizando-as para que as empresas possam aumentar a pressão sobre seus empregados.

Rebatendo os argumentos que apóiam as reformas, Zé Maria citou estudo do economista Márcio Pochmann para afirmar que os custos de trabalho no Brasil estão entre os menores do mundo. E a redução dos chamados "encargos sociais", como décimo terceiro salário e férias, não aumentaria o salário do trabalhador, mas reduziria sua renda.

Finalmente, o grande argumento para a retirada de direitos - criar empregos –, não passa de um engodo. *"Segundo a própria OIT (Organização Internacional do Trabalho), o processo de flexibilização dos direitos veio acompanhado por maior desemprego em países como Espanha, Chile e Colômbia"*, explicou Zé Maria.

Para ele, mesmo que houvesse um argumento de ordem econômica para a flexibilização, ainda assim ela seria inaceitável. *"Nunca se produziu tanta riqueza quanto atualmente. Não é possível que a grande parte da população viva de forma ainda mais precária para que apenas pequena parcela dessa população usufrua da riqueza"*, finalizou.

PREVIDÊNCIA NA MIRA DAS REFORMAS

JESUSCARLOS / IMAGENLATINA

DA REDAÇÃO,

A cada dia, torna-se mais explícita na grande imprensa a propaganda por uma nova reforma da Previdência. A mesa "Seguridade Social e reforma da Previdência", realizada na tarde do dia 23 e coordenada pelo vice-presidente da Fenafisp (Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social), Marcos Barbonaglia, contrapôs os argumentos utilizados pelos defensores dos ataques.

"O governo passa, com a ajuda da mídia, a imagem de uma Previdência quebrada, deficitária", afirmou Barbonaglia. O dirigente sindical fez um relembrou os mais recentes ataques ao setor, da aprovação da Emenda Constitucional 20, passando pela reforma de Lula com a Emenda 41, que atingiu fundamentalmente os servidores públicos.

Segundo o auditor, a Previdência pública só pode ser analisada no contexto da seguridade social. Nesse marco, ela é superavitária. *"A seguridade foi estabelecida pela Constituição de 88 e engloba não só a Previdência, mas assistência social e a saúde"*, explicou.

As análises que atestam o suposto déficit tomam a Previdência como elemento isolado. *"Mesmo que pegássemos somente a Previdência, ela seria superavitária se levássemos em conta os recursos existentes para financiá-la"*, assegurou. Ou seja, o problema não estaria num alto gasto com aa Previdência, mas nas fontes que deveriam financiá-la e que são desviadas para outros setores.

DESVINCULAÇÃO E IDADE MÍNIMA

Dentro da nova reforma, um dos ataques mais perversos é o que propõe a desvinculação do piso previdenciário dos reajustes do salário mínimo. A proposta de reforma estabelece apenas incluir a correção da inflação no piso. *"Isso é algo muito grave. Temos que combater de forma bastante clara e consistente essa proposta"*, defendeu.

Outro grande ataque é a imposição, no setor privado, da idade mínima para as aposentadorias. Não bastasse o brutal ataque que foi o fator previdenciário, agora o governo quer, a exemplo do que fez com os servidores, estabelecer a idade mínima no setor privado. *"Quiseram fazer isso antes, mas não conseguiram e instituíram o famigerado fator previdenciário, que é um verdadeiro crime social"*, denunciou o sindicalista. O fator previdenciário, na prática, reduz os benefícios, forçando o trabalhador a se aposentar cada vez mais tarde.

NA BOCA DOS ATIVISTAS

"O seminário foi um acerto muito grande. As reformas serão implementadas e a ação da Conlutas para mobilizar os trabalhadores será fundamental, pois sabemos que a CUT não fará isso".
José Cleber Barros Rabelo, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Pará

"O seminário possibilitou aos ativistas da Conlutas conhecer profundamente o conjunto das reformas que Lula ou Alckmin implementarão no próximo governo".
Paulo Gomes, diretor do Andes

"A campanha da Conlutas pelo fim do fator previdenciário foi aprovado no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Isso é uma demonstração de que, pela base, a pressão é enorme para a aplicação de nossa política e não a cutista."
Acácio Hermann Góes, da Conlutas-RJ

"Há que se destacar a importância desse seminário e a riqueza do debate sobre as reformas. É importante que não fique só aqui, mas que essa discussão se reproduza nos estados".
Alcir Palhares Donato, diretor da Associação Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais

A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A reforma universitária foi tema da mesa que reuniu o Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e o grupo "Vamos à Luta", de oposição à atual diretoria da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras).

A análise dos trabalhadores das universidades traçou um roteiro da implantação da reforma universitária, principalmente a partir de 2003, com o plano de reestruturação das Instituições Federais de Ensino.

A reforma seria imposta para submeter cada vez mais o ensino superior aos interesses dos grandes empresários. Prova disso é a recente Lei de Inovação Tecnológica, que estabelece isenção fiscal para empresas que investirem em pesquisa nas universidades públicas. Já o Prouni, segundo a apresentação do "Vamos à Luta", é uma "usina de benefícios para os empresários e um instrumento para o marketing eleitoral, e operacionaliza a política de apartheid educacional e de mercantilização da educação superior*"*.

O Andes apresentou as semelhanças entre a reforma universitária e as demais reformas neoliberais. Como toda reforma, ela alia a precarização do setor público ao avanço da privatização, principalmente com o Prouni, adotado para conter a crise das universidades particulares através da transferência de recursos públicos.

SEMINÁRIO SERÁ REPRODUZIDO NOS ESTADOS

Um dia após o seminário ocorreu a reunião nacional da Coordenação Nacional de Lutas. Representantes de 65 entidades sindicais, oposições e movimentos sociais, estudantis e populares, além de observadores representando 11 entidades, reuniram-se para traçar os próximos passos da Conlutas, como conseqüência das discussões realizadas nos dias anteriores.

A principal orientação aprovada pela reunião foi a reprodução do seminário em todos os lugares onde isso for possível, contrapondo-se à propaganda pró-reforma da grande imprensa. Tal tarefa será prioritária para as coordenações regionais e estaduais no próximo período.

Para viabilizar esse processo, todo o material utilizado nas exposições das mesas será disponibilizado no portal da Conlutas. Também será editado um DVD com os principais momentos das discussões realizadas no seminário, tal como um caderno com textos e transcrições dos debates feitos.

Os seminários nas regiões deverão ser realizados até o final de 2006. A Conlutas também fará até dezembro uma atividade de "alerta geral" para denunciar os ataques. A reunião aprovou panfletagem e outros tipos de manifestação na semana de 6 a 11 de novembro. Tais atividades servirão para acumular forças rumo a uma grande mobilização nacional em 2007.

Parte fundamental desse processo será a realização de um grande encontro nacional, aberto, para organizar a luta contra os ataques. A reunião aprovou o início das articulações para a realização do encontro, estendendo o convite a todas as entidades e movimentos de luta que estão contra as reformas. A data indicativa aprovada para o encontro foi o mês de março de 2007, podendo sofrer alterações de acordo com a dinâmica da tramitação das reformas.

ACABARAM AS ELEIÇÕES. E AGORA?

O que revelam as urnas e quais as perspectivas de um segundo mandato de Lula

EDUARDO ALMEIDA, *da redação*

Lula foi reeleito. Depois de toda a crise política do ano passado, o governo conseguiu uma clara vitória eleitoral. Teve uma votação semelhante em porcentagem à conquistada em 2002, quando teve 61,3% contra 38,7 % de José Serra. Agora obteve 60,83% dos votos válidos, contra 39,17 de Alckmin.

A frente popular já tinha conduzido pela primeira vez na história o maior líder operário do país à Presidência. Agora tem uma nova vitória, reelegendo Lula.

Do ponto de vista puramente eleitoral, a vitória é ainda maior que em 2002. O PT elegeu cinco governadores, incluindo estados de maior porte como Pará e Bahia (antes o PT só dirigia três estados menores: Sergipe, Acre e Mato Grosso do Sul). Os partidos aliados de Lula elegeram 16 governadores (ou 17, se incluirmos o Maranhão), bem mais do que os 11 de antes. A bancada dos partidos que apóiam o governo no Congresso é maior (cerca de 300) do que a eleita em 2002 (cerca de 200), pela influência dos governadores eleitos.

Por outro lado, a oposição burguesa foi derrotada. O PFL sai destroçado das eleições, com apenas um governador eleito no Distrito Federal, e a derrota de oligarcas tradicionais como ACM na Bahia e Roseana Sarney no Maranhão. O PSDB foi derrotado para a Presidência, mas levou importantes governos estaduais como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Assim, se preserva como a principal alternativa da burguesia para uma futura crise ou para a sucessão de 2010.

MESMO RESULTADO, MUITAS DIFERENÇAS

No entanto, as eleições não se medem apenas em números. Elas expressam, ainda que distorcidamente, a realidade das classes no país, e precisam ser avaliadas também no que toca à qualidade das relações dos distintos setores sociais com o governo eleito.

E aí as coisas ficam bem diferentes de 2002, quando houve uma enorme instabilidade financeira no país, acompanhando as eleições, pela possibilidade de vitória de Lula. Naquela ocasião, o risco país disparou para 1.972 pontos; o dólar, em R$ 3,62; e a Bovespa, em queda com 9.259 pontos. A burguesia, apesar de todas as garantias dadas por Lula - inclusive o compromisso em manter os acordos com o FMI -, sentia-se insegura com a eleição do primeiro governo de frente popular da história do país. Nessas eleições, entretanto, uma calmaria tomou conta dos mercados. O risco país ficou em 232 pontos; a Bovespa subiu em 36.449 pontos; e o dólar ficou cotado em R$ 2,171.

Por outro lado, a primeira eleição de Lula despertou uma enorme expectativa nos trabalhadores. Pensavam que Lula mudaria a vida de todos. Afinal, após vinte anos, finalmente ele chegava ao poder.

Em 2006 foi tudo diferente. No mercado financeiro imperou uma calmaria completa, com o dólar sem nenhuma alteração e a bolsa em alta na última semana da campanha. Depois de quase quatro anos de planos neoliberais e recordes nos lucros dos bancos, não existe mais nenhum temor do grande capital com a reeleição de Lula.

Entre os trabalhadores e a juventude, apesar do voto majoritário em Lula, reinou uma frieza completa. Nenhum entusiasmo, nem disposição para a campanha. Os comícios foram todos pequenos: o último antes da eleição em São Bernardo, e o de comemoração da vitória, na Avenida Paulista, tiveram cerca de três mil pessoas cada um.

O primeiro mandato de Lula não mudou a vida das pessoas, como se esperou por vinte anos. A esperança acabou quando o presidente manteve o plano econômico de FHC. Os escândalos de corrupção acabaram com a última bandeira que sobrava da "diferença" do PT: a "ética na política". O governo de Lula era apenas mais um, e a sensação de que "é tudo a mesma coisa" se generalizou.

Mas, como se combinaram frente popular e crescimento econômico, sustentado pelo crescimento mundial, os trabalhadores majoritariamente votaram em Lula "porque ele vem de baixo" e "se preocupa com a gente". Atribuem à origem social de Lula os preços baixos dos alimentos, o Bolsa Família, o reajuste do salário mínimo etc. Mesmo sabendo que "todos são corruptos", os trabalhadores votaram em Lula por essas pequenas concessões garantidas pelo crescimento econômico.

Ao contrário de 2002, portanto, as eleições de 2006 revelam que o grande capital confia em Lula e que as massas já não têm esperança de mudança. Votaram nele para manter pequenas conquistas, sem entusiasmo. Isso tem uma enorme importância para pensar o futuro.

ONDE ESTÁ A DIREITIZAÇÃO?

Após os resultados do primeiro turno, um setor importante dos ativistas que fizeram a campanha da Frente de Esquerda adotou a tese de que os resultados eleitorais indicavam a "direitização" da sociedade. Essa avaliação estava apoiada na possibilidade de vitória de Alckmin e nos magros resultados da eleição de deputados da Frente de Esquerda.

O PSOL baixou de sete para três deputados federais e o **PSTU** não elegeu nenhum deputado. Mesmo a esquerda petista sofreu uma derrota eleitoral, não reelegendo diversos de seus tradicionais deputados.

Esses dois elementos deram base para a tese da "direitização". A avaliação já era equivocada naquele momento. Agora, após os resultados do segundo turno, o que sobra dela? Na nossa opinião, nada.

A conjuntura política brasileira é parte da situação latino-americana, onde governos de frentes popular (com partidos operários e representantes da burguesia, como Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia) ou com algum atrito com o imperialismo (como Venezuela e Argentina) seguem crescendo. Isso explica a forte votação em candidatos de "esquerda" no Equador e no Peru.

A situação brasileira, no entanto, tem uma particularidade, pelo fato de o governo do PT conseguir evitar um ascenso das massas, mantendo a conjuntura política sob controle. Isso favoreceu a polarização entre Lula e Alckmin e o peso dos aparatos eleitorais. Fato que explica o magro resultado das candidaturas parlamentares da esquerda.

Mas isto não indica direitização. Em primeiro lugar, Alckmin não só foi derrotado, como perdeu votos do primeiro para o segundo turno (quase 2,5 milhões a menos), em um resultado inédito na história brasileira. Os trabalhadores de categorias como o proletariado industrial, bancários, professores, petroleiros, correios, ou seja, da grande parte dos trabalhadores sindicalmente organizados do país foram os que, aparentemente, decidiram esta evolução. Ao perceberem que havia uma possibilidade real de Alckmin ganhar as eleições, houve uma reação contra o candidato do PSDB-PFL nesses segmentos. Isso se manifestou em todas as pesquisas eleitorais (nas pessoas que recebem entre dois e dez salários mínimos), atingindo inclusive setores que votaram em Alckmin no primeiro turno.

Isso mostrou que a maioria dos trabalhadores seguem com ilusões em Lula, embora sem mesmo entusiasmo a "esperança" de antes.

Outro indicativo de que não há direitização foi dado no primeiro turno, quando Heloísa Helena obteve 6,5 milhões de votos. Essa votação numa alternativa de esquerda, contra o governo de Frente Popular de Lula, não é um indicativo de que os trabalhadores foram à direita.

Por último, a pauta política do segundo turno foi marcada pelo debate das privatizações, onde Alckmin ficou completamente na defensiva. A foto ridícula do candidato do PSDB vestido com símbolos do Banco do Brasil, Correios, Petrobras, para mostrar que não pretendia privatizar as estatais é o símbolo deste momento. Este é o tipo de discussão que indica o estado de ânimo das massas, que fizeram sua experiência com as privatizações. Caso predominasse uma direitização, certamente o tema seria a necessidade da "ordem" contra as greves e invasões ao Congresso etc.

COMO SERÁ O SEGUNDO MANDATO?

Na campanha eleitoral de 2002, o **PSTU** polemizou com os que esperavam grandes mudanças no primeiro mandato de Lula. Afirmamos que o plano de FHC seria mantido no caso de vitória do PT e que Lula teria um governo ainda mais neoliberal.

Na época isso foi interpretado como um exagero ou como uma espécie de ofensa a Lula. Os fatos nos deram razão. As grandes mudanças não vieram, o plano neoliberal foi mantido em sua essência, o superávit fiscal foi maior e os lucros dos bancos bateram recordes. Não se tratava de um exagero. Apontamos as tendências da realidade a partir da evolução das classes sociais e da economia capitalista.

Hoje, como já dissemos, não existem esperanças de grandes mudanças nas massas. Esperam conservar as pequenas conquistas do crescimento econômico e talvez conseguir algumas coisinhas a mais. Além disso, acreditam que após todos os escândalos de corrupção, Lula e o PT "aprendam" e evitem novas crises políticas semelhantes.

Queremos dizer aos trabalhadores e à juventude que nem ao menos essas pequenas esperanças serão satisfeitas. O segundo mandato de Lula (assim como seria se Alckmin tivesse sido eleito) será de ataques violentos aos direitos adquiridos dos trabalhadores, como nunca se viu no país. Existirão novas e muitas crises políticas, que não serão evitadas com a maioria alcançada pelo governo nestas eleições.

A verdadeira agenda de Lula, longe dos holofotes da campanha, inclui duas reformas neoliberais duríssimas contra os direitos dos trabalhadores: a trabalhista e a previdenciária.

Além disso, já está no horizonte uma nova crise econômica internacional. A economia dos EUA cresceu no terceiro trimestre de 2006 apenas 1,6% (menor taxa desde 2003), sinalizando uma crise em um futuro próximo. Como a economia brasileira está completamente atrelada à mundial, o segundo mandato será marcado não pelo crescimento econômico, mas pela crise, como no último de FHC.

Assim, seja pela crise econômica, seja pelas reformas neoliberais, os trabalhadores não vão manter o que conquistaram. Terão que lutar muito para defender seus direitos.

Junto a isso, prevemos mais e maiores crises políticas do que no primeiro mandato.

No que toca à corrupção, se trata da previsão mais fácil. O aliado preferencial do segundo mandato será o PMDB. A ala governista desse partido, aparentemente, agora conseguirá ser maioria. O PMDB esteve em todos os governos desde o fim da ditadura e se envolveu em todos os escândalos de corrupção. Com o PT "absolvido" pelas urnas e o PMDB como principal aliado, Lula terá seu segundo mandato marcado por novas denúncias de corrupção e crises.

É PRECISO CONSTRUIR NOVAS ALTERNATIVAS DE DIREÇÃO PARA AS LUTAS

CROMAFOTO

Nos escândalos do ano passado, infelizmente, as massas trabalhadoras estiveram de fora. Observaram, acompanharam, mas não participaram. Os atos contra o governo foram, em sua totalidade, de vanguarda, com poucos milhares de pessoas.

O que está apontado no horizonte do segundo mandato de Lula é uma série de ataques violentos contra os trabalhadores através das reformas neoliberais. Por isso, a não ser que o PT e a CUT consigam evitar as lutas (é nisso que o governo aposta), teremos crises com a participação dos trabalhadores.

Essa é a perspectiva mais importante a ser discutida pelos trabalhadores e pela juventude consciente do país. Vão ocorrer novas e mais importantes crises neste segundo mandato. E para enfrentá-las é preciso construir novas alternativas de direção para as lutas contra o governo e a burguesia.

No terreno político-sindical, a Conlutas é claramente uma alternativa à CUT. A coordenação já está preparando uma grande campanha de luta contra a reforma trabalhista e da Previdência (*ver páginas 4 e 5*).

No terreno político-partidário, é fundamental também construir uma alternativa ao PT. Esse partido é o instrumento político do governo para controlar os trabalhadores. É necessário unificar a vanguarda revolucionária em um partido de combate, que tenha como estratégia a intervenção nas lutas diretas dos trabalhadores e da juventude, em direção a uma revolução socialista. O embrião desse partido é o **PSTU**.

É nesse sentido que podemos ter uma perspectiva otimista do segundo mandato de Lula. Não em relação ao que ele vai fazer, mas da construção de alternativas à CUT e ao PT.

Se o primeiro mandato de Lula termina com a Conlutas despontando como alternativa, no segundo mandato está colocada a possibilidade de massificação dessa nova entidade. Se no primeiro mandato o **PSTU** se fortaleceu na vanguarda, é possível avançar muito mais nos próximos anos. Esses são os desafios. Ajude a enfrentá-los.

VALE DO RIO DOCE: AS DIVERSAS FACES DE UMA EX-ESTATAL

COM A COMPRA da empresa canadense INCO, mineradora torna-se a segunda maior do mundo

***GILBERTO MARQUES**, de Bélem (PA)*

Num intervalo de uma semana, dois fatos envolveram contraditoriamente a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Eles expressam claramente o que é a ex-estatal. O primeiro foi a ocupação que os índios xikrins fizeram à mina de ferro da Serra dos Carajás, no Pará. O segundo foi a compra da mineradora canadense Inco pela Vale.

No dia 17 de outubro, aproximadamente 300 índios da etnia xikrin ocuparam a mina de extração de ferro da Vale do Rio Doce em Carajás, Sul do Pará, onde fica a Floresta Nacional dos Carajás e vivem algumas comunidades indígenas. Na prática, essa floresta é controlada pela mineradora, que decide quem pode ou não entrar. A mina de Carajás é a maior mina de ferro a céu aberto do mundo e a província mineral de Carajás é considerada a maior do planeta.

A produção de Carajás desce até o Porto de Itaqui, no Maranhão, pela Estrada de Ferro de Carajás, que corta as terras dos índios xikrins. Por conta disso, a mineradora repassa um valor anual, segundo ela "voluntariamente", próximo a R$ 9 milhões. O que não é verdade, já que o pagamento é fruto de um acordo entre a empresa e os índios. O que os índios reivindicam é a revisão desse valor, a construção de 60 casas e a reforma de duas estradas de acesso a duas comunidades indígenas. A Vale, que extrai da mina 250 mil toneladas de ferro por dia, não apenas negou qualquer diálogo com os xikrins, como entrou com um pedido de reintegração de posse, atendido no mesmo dia. Diante disso, obrigou a retirada dos índios e afirmou que irá estudar a possibilidade de suspensão do repasse financeiro aos mesmos.

A COMPRA DA INCO

Uma semana após o conflito com os xikrins, a Vale anunciou a compra da mineradora canadense Inco. O negócio envolveu algo em torno de US$ 18 bilhões e representa a maior aquisição externa já feita por uma empresa de origem latina. A Inco é uma centenária (104 anos) empresa canadense que tem as maiores reservas mundiais de níquel do mundo. O níquel é um minério usado na fabricação de computadores (placas-mães, por exemplo), CD´s, DVD´s, aeronaves, aço, etc. Com a aquisição a Vale deixa de ser a quarta maior mineradora do mundo para se tornar a segunda e o seu valor de mercado alcança US$ 77 bilhões.

Os lucros da Vale têm batido recordes todos os anos, seja em função da elevação do preço do ferro (que até antes dessa aquisição representava 74% do faturamento da empresa) seja pelo aumento sucessivo da procura chinesa, da qual a companhia é a principal fornecedora.

Para efetivar os negócios, a Vale também teve que aceitar as condições impostas pelo governo canadense, dentre elas a manutenção do número de empregados e dos projetos da Inco. Além disso, a sede da nova empresa (CVRD/Inco) ficará em Toronto (Canadá), será dirigida por executivos canadenses e irá gerir e controlar os negócios de níquel da Vale, inclusive aqueles em solo brasileiro, como é o caso das minas Vermelho e Onça Puma, no Pará.

REESTATIZAR A CVRD JÁ!

No segundo turno das eleições, Lula criticou os tucanos por terem privatizado a Vale e outras estatais. Será que ele teria feito diferente? A atual privatização das florestas da Amazônia e a das reservas de petróleo e de parte do capital da Petrobras são indícios de que não. Mas vejamos mais de perto o caso da CVRD.

A Vale foi privatizada, no governo FHC, por R$ 3,33 bilhões, em 1997. Ela havia feito investimentos próprios entre 1990 e 1995 da ordem de US$ 2,19 bilhões, dava lucros anuais superiores a R$ 500 milhões e ainda contava com R$ 700 milhões em caixa. Daí concluirmos que o que se pagou em sua privatização não cobria o que ela tinha em caixa e os investimentos feitos pouco antes da venda. Mas o escândalo é muito maior: em 1993 estimava-se que somente as reservas de ferro no estado do Pará valessem R$ 337 bilhões. Atualmente, só nos dois projetos de níquel no Pará, a Vale pretende gastar US$ 2,3 bilhões.

Além de privatizada nesses termos, a Vale ainda continuou a receber dinheiro público via BNDES, isenção fiscal (a não cobrança de ICMS pelo governo do Pará, etc.) e outros favores governamentais, inclusive no governo petista.

Lula investiu R$ 1,7 bilhão de reais para dobrar a potência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Um dos objetivos dessa medida é ampliar a geração de energia para as empresas em torno do complexo Vale no Pará. Ainda hoje empresas como a Albrás (subsidiária da Vale) pagam energia subsidiada e a diferença fica para os consumidores residenciais.

A riqueza que vai para fora do Brasil é fabulosa, o que fica demonstrado nos lucros da Vale: em 2005 R$ 10,4 bilhões e, só no primeiro semestre de 2006, mais de R$ 6 bilhões. Isso significa que a cada três meses a companhia tem um lucro equivalente ao que foi pago por sua privatização. Diferente do que afirmam os defensores da privatização, a Vale alcançou o patamar de hoje não porque foi privatizada, mas porque foi estatal e, ao ser privatizada, o governo transferiu um patrimônio incalculável de riquezas naturais e favores fiscais.

Com a compra da Inco, a presença internacional da Vale aumenta bastante. Mas a mineradora é uma multinacional brasileira? A resposta nos leva a analisar a posse do capital da empresa, o que não é fácil, pois nesses negócios há os testas-de-ferro de capital estrangeiro.

Mesmo assim, recorramos aos dados mais públicos de antes da compra da Inco. O consórcio que comprou a Vale (Valepar) detém 52% das ações com direito a voto e metade delas já estão em mãos estrangeiras (são ações negociadas em Nova York). Se somarmos a isso outros 7% em posse de outros estrangeiros, chegaremos ao total de 33% de capital ordinário (com direito a voto) diretamente em mãos não brasileiras, fora o que deve estar camuflado. Das ações ordinárias (as que não têm poder de voto, mas são as primeiras a receber os lucros) 62%, são de estrangeiros.

Lula nada fez para rever a privatização da Vale e de outras empresas ex-estatais, sequer procurou investigar os escândalos da privatização. Ao contrário. Aprofundou o processo via repasse de dinheiro público para essas empresas. Lula é cúmplice da privatização tucana.

Contra a privatização tucana e a cumplicidade petista, temos que reforçar a campanha pela reestatização da CVRD, exigindo seu retorno ao domínio estatal brasileiro sem nenhuma indenização aos atuais "proprietários". Ao contrário, devemos criminalizá-los, assim como os governos envolvidos, pelo assalto ao patrimônio financeiro e natural brasileiro.

BESTEIRAS ATEMPORAIS

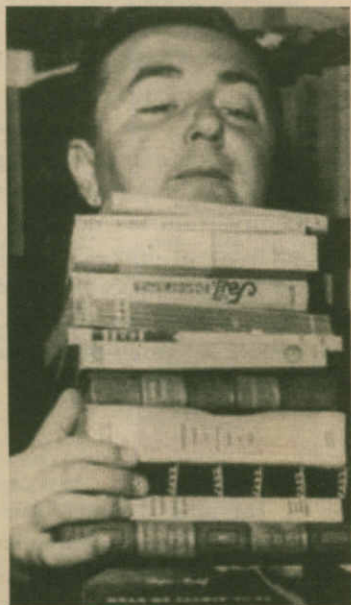
RELANÇAMENTO do "Festival de Besteiras que Assola o País (Febeapá)", do jornalista Stanislaw Ponte Preta, é excelente oportunidade para relembrar o lado patético da ditadura e refletir o quanto autoritarismo e absurdos ainda estão na sociedade brasileira

WILSON H. DA SILVA,
da redação

A memória da ditadura estará sempre manchada por aquilo que teve de mais sombrio: perseguição e opressão generalizadas, tortura e assassinatos. Porém, no meio de tudo aquilo, surgiram valorosos exemplos de resistência. Como a criatividade persiste em aflorar mesmo nos momentos mais adversos, não faltam músicas, peças, filmes e livros que, pela metáfora ou pelo escracho, registram e denunciam os anos de "chumbo".

Exemplos são os três volumes de *Festival de Besteira que Assola o País (Febeapá)*, lançado pelo jornalista, radialista, teatrólogo e humorista Sérgio Porto, que entrou para a história através de seu "alter-ego" Stanislaw Ponte Preta, em textos publicados de 1966 até 1968. Neste ano, morreu de enfarte aos 45 anos, para muitos em decorrência de um café envenenado que lhe foi servido a mando do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ou de qualquer outra "otoridade" atingida pela afiadíssima escrita de Stanislaw.

Em textos curtos e afiados, os causos, crônicas e histórias de Febeapá relatam as façanhas inacreditáveis de militares obtusos e autoritários, os desmandos de políticos toscos e o comportamento as-

"O sol nasce para todos, a sombra só para quem é mais esperto"

Sergio Porto

queroso dos chamados "cocorocas", apelido criado para designar aqueles que, diante da ditadura (chamada sarcasticamente de "a redentora"), faziam do puxa-saquismo e do ufanismo a razão de suas medíocres vidas.

O ESCRACHO DA DITADURA

Como o próprio autor escreve na abertura do livro, *"Pouco depois da 'redentora', cocorocas de diversas classes sociais e autoridades que geralmente se dizem 'otoridades', sentindo a oportunidade de aparecer, já a que a 'redentora', entre outras coisas, incentivou a política do dedurismo (...), iniciaram essa feia prática, advindo daí cada besteira que eu vou te contar"*.

Segundo o jornalista, a idéia de escrever tais histórias surgiu muito antes de 1966, com a "besteira" de uma mãe paulista que, ao saber que seu filho tinha tirado zero numa prova de matemática, procurou as *"otoridades"* para denunciar o professor em questão como *"perigoso agente comunista"*.

Ilustrações originais de Jaguar

"No Brasil, as coisas acontecem, mas, depois, com um desmentido, deixam de acontecer"

Histórias como essas serviram como base para os livros e a criação de personagens como Garoto linha dura, Tia Zulmira (uma ex-cozinheira da Coluna Prestes), Primo Altamirando (um sujeito sem qualquer escrúpulo), Bonifácio Ponte Preta (um ultranacionalista) e Rosamundo, ainda em 1964.

"Quando aquele cavalheiro nervoso entrou no hospital dizendo 'eu sou coronel, eu sou coronel', o médico tirou o estetoscópio do ouvido e quis saber: 'Fora esse, qual o outro mal do qual o senhor se queixa'"

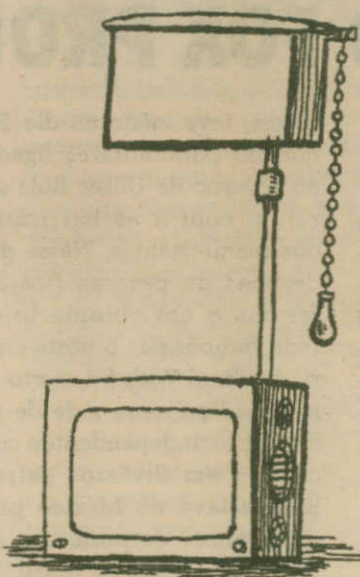
Nos anos seguintes, a metralhadora giratória de Ponte Preta voltou-se para todos os lados: ministros, colunistas sociais (como Ibrahim Sued, de *"O Globo"*) e as muitas bizarrices que surgiam em um país onde o autoritarismo sempre fez questão de andar lado a lado com o absurdo.

Exemplos não faltavam. Em Mariana (MG), um delegado havia proibido casais de se sentarem juntos na única praça da cidade e, ainda, houve um deputado (Ernando Satiro) que vetou a apresentação da peça Um bonde chamado desejo (do norte-americano Tenesse Williams) porque no meio do espetáculo a atriz Maria Fernanda gritava *"Viva a democracia"*. O argumento do deputado: *"Insulto eu não tolero!"*. Algo tão absurdo quanto a prisão de um grupo sergipano de teatro amador sob a alegação de que *"em Sergipe quem entende de teatro é a polícia"*.

O SARCASMO COMO ARMA

Sérgio Porto esculpiu seu alter-ego a partir do personagem Serafim Ponte Grande, criado por Oswald de Andrade. Contudo, o que aproxima Stanislaw do universo do escritor modernista é muito mais do que um sobrenome. Assim como Oswald e seus companheiros da Semana de 1922 propuseram recriar a identidade brasileira através da *"canibalização"* da cultura estrangeira e das elites, mastigando-as, deglutindo-as e dando origem a algo completamente novo, cada crônica do Febeapá era recheada por observações que desnudavam e expunham o ridículo da ditadura em frases lapidares, como as que ilustram esta página.

Sintonizado com a crescente influência da TV na sociedade e sua promíscua relação com a ditadura, Ponte Preta também traçou um dos perfis mais críticos da televisão, alcunhada por ele como a *"máquina de fazer doidos"*.

"Ser imbecil é Mais fácil"

ATUALIDADE E CONTRADIÇÕES

Imperdível naquilo que tem de humor e crítica social, Febeapá não deixa, contudo, de ter seus *"poréns"*. Longe de estar livre de uma das características mais tristemente presentes no humor nacional – a utilização de estereótipos referentes aos setores mais marginalizados da sociedade –, partes do livro podem desagradar aqueles comprometidos com a luta contra a opressão.

Além de inúmeras tiradas com ranço machista, também coube a Ponte Preta a criação de termos como *"bicharoca"* para se referir a homossexuais (muitos assim apontados simplesmente por serem desafetos do jornalista) e, particularmente, de toda uma série protagonizada pelo *"Crioulo Doido"*.

Crioulo doido

Tendo surgido na música *"Samba do Crioulo Doido"*, célebre por ironizar as dificuldades dos compositores diante da obrigatoriedade de tratar somente de temas históricos nos sambas-enredos, o personagem, para Ponte Preta, era exemplar da capacidade dos setores mais empobrecidos de se apropriar do discurso dominante e subvertê-lo através do riso e das incongruências. Algo que, contudo, não impediu que o termo também se tranformasse, com o tempo, em estereótipo de negros e negras.

"Poréns" à parte, o fato é que Febeapá é leitura obrigatória (e gratificante) não só pelo mergulho que ele nos permite nos bastidores da ditadura, mas também pela reflexão que o livro nos possibilita sobre o quanto de tudo aquilo ainda permanece vivo na sociedade brasileira. Seja na hipocrisia do discurso lulista, na preservação dos velhos métodos da oligarquia ou no constante ressurgimento de "otoridades" dos mais diferentes naipes.

FESTIVAL DE BESTEIRA QUE ASSOLA O PAÍS – FEBEAPÁ: 1, 2 e3.
Editora Agir (400 p.), R$ 50.

NOVO CONTRATO MANTÉM LUCRO DA PETROBRAS NA BOLÍVIA

YARA FERNANDES, da redação

Após 180 dias do decreto de Evo Morales anunciando a nacionalização das petrolíferas instaladas na Bolívia, o que sobrou foi uma renegociação de contratos que garante os lucros das empresas estrangeiras. O dia 28 de outubro era o prazo máximo para renegociar os contratos das dez petrolíferas no país, entre elas a Petrobras. De acordo com o decreto de 1° de maio, na ausência de acordo, as empresas deveriam deixar o país sem direito a indenização. Não foi o que aconteceu.

A Petrobras e as demais empresas assinaram os contratos com o governo boliviano nos dias 27 e 28 de outubro, inclusive a espanhola Repsol. Evo diz para a população de seu país que a Bolívia vai ficar com 82% dos lucros da Petrobras. As autoridades brasileiras esclarecem, entretanto, que essa porcentagem será variável e que pelo novo contrato estão garantidos os lucros da empresa.

Ainda falta aprovar os novos contratos no Congresso boliviano e fechar negociações nos próximos dias sobre duas questões: o preço do gás vendido ao Brasil, e se a Petrobras continuará a refinar combustíveis no país vizinho ou venderá seus ativos nessa área.

Longe de representar uma real nacionalização dos recursos, o novo contrato entre a Petrobras e o governo boliviano prevê a atuação da petrolífera no país até 2036 e o fornecimento de gás ao Brasil até 2019. O ministro brasileiro de Minas e Energia, Silas Rondeau, disse que o acordo garante a *"rentabilidade necessária"* para a empresa.

Responsável por 15% do PIB boliviano, a estatal brasileira age como uma verdadeira multinacional no país, explorando seus trabalhadores e comprando o gás a preço de banana. Até maio de 2006, a divisão do faturamento da Petrobras com a exploração de gás era de 50% para o governo boliviano e 50% para a empresa. Com o decreto de Evo, passou a ser de 82% do faturamento para o governo boliviano, até que fosse firmado novo acordo. Com a nova negociação, estão mantidas as porcentagens de 82% e 18%, mas de fato a participação nesses lucros poderá variar, e é isso que permitirá a rentabilidade das operações da empresa na Bolívia.

A partir de agora, o governo boliviano deverá receber, através de impostos e royalties, 50% do faturamento bruto da empresa. A outra metade do faturamento será usada para pagar os custos de operação da empresa e amortizar o investimento (que nos últimos meses eram pagos com os 18% que cabiam à empresa). A sobra disso é o que garantirá o lucro, que será dividido entre a Petrobras e a estatal boliviana, a YPFB.

O presidente da Petrobras Bolívia, José Fernando de Freitas, disse que o novo contrato é melhor e garante "condições adequadas, que mantêm o retorno empresarial". Os contratos fechados com as outras empresas foram nos mesmos moldes.

SOBERANIA E NACIONALIZAÇÃO NO DISCURSO, ASSISTENCIALISMO NA AÇÃO

Uma das contrapartidas dessas negociações foi um novo projeto lançado no dia 27 pelo governo boliviano, o *"bônus Juancito Pinto"*, uma espécie de Bolsa Escola boliviana. O projeto consiste em utilizar a receita extra gerada pelos acordos para pagar uma bolsa anual de 200 bolivianos (cerca de R$ 52) para 1,2 milhão de alunos das escolas públicas de ensino fundamental. O bônus estabelecido por Evo, a exemplo das políticas compensatórias de Lula, demonstra os limites da política de 'nacionalização' do governo boliviano e o que de fato caberá ao povo nessas negociações: migalhas.

A VERDADEIRA NACIONALIZAÇÃO

Há uma intensa luta dos bolivianos pela nacionalização e para reverter o desmonte promovido pelo governo neoliberal de Sánchez de Losada em 1996, que privatizou completamente os hidrocarbonetos da Bolívia. A revolução de outubro de 2003 derrubou Losada e as mobilizações de maio e junho de 2005 levaram à queda do presidente Carlos Mesa. Evo Morales, ex-líder cocaleiro, elegeu-se com a promessa de nacionalizar as empresas de hidrocarbonetos.

Depois de publicar o Decreto da Nacionalização, em maio, o governo de Evo vem oscilando claramente no tema chave da nacionalização dos hidrocarbonetos. Primeiro, ele foi obrigado a ditar o decreto de nacionalização das reservas. Mas a medida tinha um alcance limitado, pois não previa a expropriação das ações das petroleiras privatizadas e deixava de fora a nacionalização de outras etapas do processo de produção. O decreto, entretanto, foi visto como um triunfo parcial da luta revolucionária do povo boliviano.

Mas a medida rapidamente retrocedeu. Ao implementar o decreto, o ministro de Hidrocarbonetos, Andrés Solís Rada, emitiu uma resolução tomando o controle pleno das refinarias, fato que provocou protestos da Petrobras e sua saída do governo.

Ao invés de negociar os contratos de exploração do gás com as multinacionais, o governo de Evo deveria expropriá-las e avançar efetivamente na nacionalização dos hidrocarbonetos. Por décadas as multinacionais roubaram a principal riqueza do povo boliviano, por isso deveriam ter todos seus bens expropriados, repassando tudo à estatal YPFB, sob controle dos trabalhadores. Essa é a única forma de recuperar o controle sobre os recursos naturais do país.

MÉXICO

GOVERNO FOX PROMOVE MASSACRE EM OAXACA

CECÍLIA TOLEDO, da revista *Marxismo Vivo*

A cidade de Oaxaca, no México, amanheceu no domingo, 29 de outubro, cercada por tropas federais. Mas também por barricadas e trincheiras de pneus, que serviam de proteção para os manifestantes dispostos a resistir. A correlação de forças foi desfavorável aos manifestantes. Durante todo o dia, cerca de 4 mil militares, com tanques e helicópteros, desataram uma violenta repressão sobre os professores, indígenas, desempregados, sindicalistas e estudantes. Os choques deixaram como saldo três mortos, incluindo um jovem de 14 anos, e vários feridos.

O desmonte da ocupação, que se mantinha há cinco meses, teve início no dia 27, quando paramilitares ligados ao governo de Ulises Ruiz atiraram contra as barricadas dos manifestantes. Nesse dia, dezenas de pessoas ficaram feridas e um voluntário da rede *Indymedia*, o norte-americano Brad Will, foi morto. O *Indymedia* é uma rede de informação independente, com centros em diversos países. Brad estava no México para acompanhar os protestos, assim como esteve no Brasil, na ocupação Sonho Real, em Goiânia. Brad filmou os disparos dos pistoleiros em Oaxaca. O ataque foi a desculpa utilizada pelo governo Fox para invadir a cidade.

Cidade turística, Oaxaca esteve na vanguarda das lutas dos combativos trabalhadores e estudantes mexicanos durante os últimos cinco meses, sustentando uma greve heróica, com acampamentos permanentes na praça central da cidade. Contando com o apoio e a solidariedade da população, que fornecia alimentos, remédios e todo tipo de ajuda, os manifestantes estavam dispostos a manter os protestos até a satisfação das reivindicações: a saída do governo Ulises Ruiz e melhorias nas condições de vida. Mas Vicente Fox, um dos maiores capachos do imperialismo americano no continente, preferiu jogar sua sanha assassina sobre os trabalhadores e estudantes, para "limpar" o terreno e entregar a presidência do México a Felipe Calderón, em 1° de dezembro.

Um dos mais abnegados aplicadores das políticas neoliberais no continente, que praticamente entregaram todo o parque produtivo mexicano ao imperialismo, Vicente Fox agora se prepara para sair do governo da mesma forma que entrou: atacando os trabalhadores e o povo. Deixa atrás de si um país submerso no desemprego, na miséria e nos baixos salários. Foi o que motivou os protestos em Oaxaca e em outras partes do país, refletindo inclusive na enorme crise das eleições.

O PSTU declara-se solidário aos trabalhadores mexicanos. É necessário que todas as organizações de esquerda, da juventude, sindicatos e de direitos humanos e coloquem-se contra essa brutal ofensiva ao povo mexicano.

EUA: CADA VEZ MAIS ATOLADO

OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS demonstram não apenas que há uma profunda deterioração da política norte-americana para controlar o Iraque, mas como diminuem as chances de o imperialismo obter uma vitória na guerra travada contra a resistência do país

JEFERSON CHOMA,
da redação

Segundo uma pesquisa realizada pela agência de notícias Reuters, nada menos do que 57% dos norte-americanos rejeitam o sacrifício de vidas dos soldados do seu país no Iraque. A reprovação à guerra tornou-se mais uma peça na coleção de más notícias recebida pelo presidente George W. Bush neste mês.

Do dia 1° de outubro até o dia 27, foram registradas mortes de 100 soldados dos EUA no Iraque. É o maior índice desde o início da ocupação. No total, quase 2.800 soldados já morreram. Possivelmente a marca dos três mil soldados mortos por ações da resistência iraquiana seja atingida nos primeiros dias de 2007.

Outro indício da crise do imperialismo foi a comparação que Bush fez – pela primeira vez - da guerra no Iraque com a do Vietnã. Perguntado pela imprensa sobre a comparação, o presidente declarou: *"Pode ser que tenha razão. A violência aumentou sensivelmente e estamos nas vésperas das eleições"*, disse.

Pouco antes, um alto funcionário da diplomacia dos EUA declarou à TV Al-Jazeera que seu país agiu *"com arrogância e estupidez no Iraque"*. Hoje, para 60% dos norte-americanos, a guerra no Iraque tornou mais provável um novo ataque terrorista contra seu território.

Após anos de conflito e bilhões de dólares gastos, a guerra que Washington diz levar a cabo "contra o terrorismo" conduz o imperialismo a uma situação cada vez mais difícil.

ELEIÇÕES

Toda essa crise desenvolve-se no marco das eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados, marcadas para o dia 7 de novembro. Possivelmente os republicanos vão perder a maioria pelo menos da Câmara dos Deputados. Mas não está descartada a possibilidade de os republicanos perderem também a maioria no Senado, embora isso seja mais difícil, uma vez que as eleições vão renovar apenas um terço da casa.

Na prática, as eleições estão assumindo um caráter plebiscitário sobre a ocupação no Iraque. Uma derrota republicana seria um duro golpe aos planos do partido sobre a sucessão presidencial em 2009. Sem uma maioria parlamentar no Congresso, o governo Bush veria definhar o seu poder real - mesmo com a força institucional da posição que ocupa. Seria um governo que cumpriria seu mandato até 20 de janeiro de 2009, sem força política e com uma base parlamentar minoritária. Como dizem analistas da própria imprensa dos EUA, o governo Bush poderia se tornar um 'pato manco' (*'lame duck'*, na expressão consagrada em inglês para descrever o governante que perdeu o poder efetivo de governar).

Por outro lado, a oposição burguesa dos democratas já demonstrou que não tem nenhuma política de retirada das tropas do Iraque. Pelo contrário. Além de muitos de seus parlamentares terem votado a favor da guerra, criticam agora Bush por ele *"não saber conduzir os EUA à vitória"*.

RESISTÊNCIA

Uma pesquisa da Universidade John Hopkins, divulgada recentemente, dá uma pequena mostra do aumento da resistência iraquiana contra a ocupação colonial. A pesquisa mostra que 655 mil iraquianos foram mortos desde o início da guerra.

O crescimento da resistência também provocou uma série de trapalhadas dos dirigentes dos EUA no Iraque. O embaixador norte-americano no país, Zalman Khalilzad, por exemplo, declarou ao lado do general George Casey, principal chefe das tropas de ocupação, que haveria um cronograma de retirada que poderia levar de 12 a 18 meses. Logo em seguida, foi desmentido pelo secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, e pelo vice-presidente do Iraque em visita a Londres.

Outro velho problema voltou a assombrar Washington. A milícia do clérigo xiita Al Sadr, o exército Mehdi, voltou recentemente a atacar *marines* norte-americanos e o exército iraquiano em Bagdá. Apesar de sustentar o governo fantoche, Al Sadr é um velho problema dos EUA, pois além de desafiar as ordens de entregar as armas, recentemente comemorou em público a vitória do Hizbollah contra Israel. Suas milícias agora são mais poderosas do que em 2004, quando entraram em conflito armado com tropas norte-americanas na cidade de Nayaf. Naquele ano, o exército Mehdi contava com cerca de 10 mil milicianos. Os norte-americanos estão evitando declarar algum cálculo sobre as atuais forças do exército Mahdi. Mas, segundo um informe publicado pela *Chatham House* (instituto fundado no século 18 que analisa a política externa britânica), o exército Mahdi pode contar agora *"com forças de várias centenas de milhares"*.

A instável relação entre o imperialismo e Al Sadr mostra que, não fosse a política negociadora entre o imperialismo, o clérico xiita iraquiano e o Irã, a situação de Bush poderia ser bem pior. Ou seja, embora existam conflitos entre os EUA e o Irã, o país dos aiatolás é peça chave para a ocupação imperialista.

UM VELHO PLANO EM AÇÃO

Com a possibilidade de enfrentar uma derrota militar no Iraque, os EUA lançam mão de uma velha política aplicada no passado pelo imperialismo britânico – fomentar a guerra civil, jogando grupos étnicos e religiosos uns contra os outros.

Tal como na América Latina nos anos 80, a CIA utiliza-se de esquadrões da morte para implementar essa política no Iraque. Esses grupos promovem assassinatos e chacinas em nome de distintas correntes religiosas para jogá-las umas contra as outras. Um dos principais esquadrões da morte é a Brigada Badr, dirigida pelo partido xiita CSRII (Conselho Supremo da Revolução Islâmica Iraquiana), que age a partir do Ministério do Interior.

O estímulo à guerra civil por parte de Bush é uma saída que o imperialismo segue construindo na medida em que vê a sua ocupação colonial entrar em erosão. O plano é estimular os enfrentamentos para dividir o país em "regiões", controladas por governos fantoches e subservientes a Washington.

PÂNTANO

O mês de outubro de 2006 vai ficar na memória do imperialismo. As baixas provocadas pela resistência e o fantasma da derrota eleitoral mostram a que ponto chegou o pântano em que os EUA se meteram. No Afeganistão, as tropas do imperialismo também se encontram diante de uma imensa crise militar e social. Lá cerca de 270 soldados ianques já morreram desde 2001.

A combinação entre o agravamento da situação no Oriente Médio e a crise do governo Bush coloca a possibilidade de o imperialismo ser derrotado no Iraque e no Afeganistão, tal como foi no Vietnã na década de 70.

Uma derrota da maior potência militar do planeta seria de extraordinária importância, pois enfraqueceria o imperialismo e estimularia as lutas dos trabalhadores do mundo inteiro.

DARIO CASTILLEJOS / CAGLE CARTOONS

PALMARES: MAIS DO QUE UM SÍMBOLO, UM MÉTODO

CELEBRAR A CONSCIÊNCIA NEGRA deve significar o resgate daquilo que Zumbi e seus companheiros fizeram de mais radical: colocar a destruição do sistema no centro da luta pela real liberdade

WILSON H. DA SILVA,
da redação

Depois da reeleição, Lula fez questão de destacar, dentre seus "muitos feitos" no primeiro mandato, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), afirmando que, apesar de contar com um orçamento anual de apenas R$ 18 milhões, a Seppir tem uma *"enorme importância simbólica"* no que diz respeito aos direitos dos afrodescendentes do país.

Para início de conversa, parece desnecessário qualquer comentário mais extenso sobre a quantia destinada para tratar dos graves e históricos problemas que afetam cerca de metade da população brasileira. Isso quando se sabe, apenas para citar um exemplo, que esse mesmo governo, em dezembro de 2005, agraciou o FMI com a antecipação de uma parcela da dívida de "simbólicos" US$ 15,57 bilhões.

Se isso não bastasse para desmascarar o descaso do atual governo para com a questão racial, é preciso também lembrar que o verdadeiro combate ao racismo está há anos-luz dos "simbolismos". Principalmente quando eles vêm na forma de migalhas que se perdem em meio às montanhas de políticas sociais e econômicas que, ao atacar o conjunto dos trabalhadores e pobres do país, atingem de forma ainda mais contundente aqueles que foram historicamente marginalizados, como negros e negras.

Por isso mesmo, para celebrar o Dia Nacional de Consciência Negra, em 20 de novembro, a primeira coisa que temos que fazer é reafirmar a luta sem tréguas contra o governo recém-reeleito e o sistema ao qual ele serve, em defesa dos interesses de seus aliados, os velhos e "neo-escravocratas" encastelados no controle do capital industrial e financeiro e espalhados na base governista e na oposição burguesa.

Além disso, é necessário reafirmar mais uma vez, particularmente para os setores do movimento negro que hoje majoritariamente apóiam o governo, que mesmo que "atos simbólicos" possam ter sua importância no combate ao racismo, eles não têm absolutamente nada a ver com a hipócrita simbologia alardeada por Lula.

Devemos isso à memória e à luta de Zumbi, aos milhares de quilombolas que lutaram nesse país e a todos os homens e mulheres negros que há séculos lutam contra a opressão racial e a exploração capitalista.

NO MEIO DA COLÔNIA, HAVIA UMA REPÚBLICA

Desde seu surgimento até sua destruição em 1695, Palmares provocou um especial temor nas elites da época devido ao seu alto grau de organização política, social e econômica. Uma organização oposta à lógica colonial.

A partir dos vários relatos que sobreviveram à destruição do quilombo, sabe-se que os cerca de 20 mil negros, indígenas e "despossuídos" que se abrigaram na Serra da Barriga mantinha um sistema coletivo de produção, negociavam com seus vizinhos e haviam criado sistemas próprios de justiça e administração.

Esta, com certeza, é a principal lição de Zumbi. Se naquela época, a construção de uma república era o único caminho para a verdadeira libertação, hoje, somente a destruição da base de um sistema que superexplora a população poderá apontar para uma sociedade que permita a extinção do racismo.

Somente um mundo socialista pode reverter a situação que faz a população negra, país afora, ganhar um terço do que ganham os homens brancos; que nossos jovens sejam a maioria dos abandonados nas ruas e, conseqüentemente, dos atacados e mortos pela violência policial; que os índices de analfabetismo, precariedade de saúde e todo o resto sejam vergonhosamente mais altos quando comparados a todo o resto da sociedade.

WWW.PSTU.ORG.BR
Leia artigo sobre o marinheiro negro João Candido, líder da Revolta da Chibata

VERSÃO "NEOLIBERAL" DO CUCAÚ

Já que os governistas gostam tanto de simbolismos, propomos o resgate de um que eles parecem ter esquecido. Em meio aos ataques contra o quilombo, por volta de 1680, o então dirigente de Palmares, Ganga-Zumba aceitou um acordo para se transferir para a inóspita região do Cucaú.

Em troca da "paz", Ganga-Zumba aceitou que fossem mantidos livres apenas os negros que nascessem no Cucaú e que todos se submetessem às autoridades da capitania, prometendo, ainda, entregar os escravos que dali em diante fugissem e fossem para Palmares.

Assim que foram transferidos para essa espécie de "reserva", os negros perceberam que haviam sido traídos, tendo que viver à míngua, sob constante vigilância dos portugueses e suas tropas. Os poucos que sobreviveram àquela situação terrível retornaram a Palmares ou se dispersaram.

Hoje, o que o governo Lula nos oferece é uma versão "neoliberal" do Cucaú. Negros e negras podem sobreviver às custas das migalhas assistencialistas como o Bolsa Família ou dependendo do trabalho informal, precarizado ou semi-escravo. Dentro do "mundo" fantasiado pela Seppir e pelas entidades do movimento que a apóiam, negros e negras podem ganhar algum espaço caso não questionem o sistema ou o fato de que a enorme maioria do povo negro continua vagando pelos campos e cidades, presos à miséria e ao desemprego.

O resgate de Zumbi, para nós, só pode se dar através da reafirmação daquilo que pautou sua luta: a negação do próprio sistema, a total independência em relação aos poderosos, o rechaço de qualquer acordo que comprometa a libertação de todo o povo negro.

Isso significa, no 20 de novembro, articular negros e negras que acabaram de passar pela experiência da Frente de Esquerda, que estão construindo a Conlutas e a Conlute ou estão buscando uma alternativa de combate ao sistema, em atos e atividades onde possamos entoar bem alto um grito de guerra. Um grito "simbólico" do quanto esse governo e seus aliados e integrantes, como o ministro Gilberto Gil, se afastaram da verdadeira luta de Zumbi: *"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira!"*.